

Índice

- 1. Breve diagnóstico
- 2. A criação de valor
- 3. Sustentabilidade Económica e Financeira
- 4. Integração em redes ou parcerias
- 5. Modelo de Governação
- 6. Avaliação e indicadores
- 7. Conclusões



1. Breve Diagnóstico

- Organizações do Terceiro Setor necessitam de se modernizar, porque:
 - (1) a dependência excessiva do financiamento público o que subvaloriza as suas funções originárias;
 - (2) modelos de gestão e de negócio em muitos casos obsoletos;
 - (3) modelos de governo autocentrados e pouco preparados para responder às exigências dos vários parceiros formais ou informais





O conceito de valor* ocorre simultaneamente de três formas num processo contínuo:

Do valor económico puro



Para o valor socioeconómico



Até ao valor social puro.



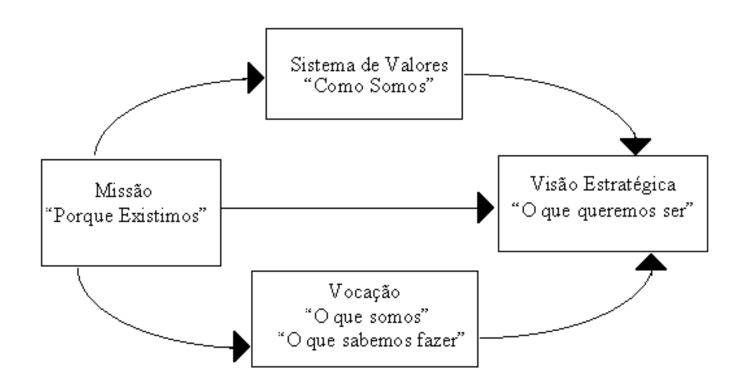
^{*}The Roberts Enterprise Development Fund - REDF, C. Gair

- Valor económico criado quando existe retorno financeiro de um investimento (mensuração fácil com indicadores explícitos)
- Valor socioeconómico construído na quantificação e monetização de certos elementos do valor social, incorporando esses valores monetizados com as medidas de valor económico criado.
 - As organizações sem fins lucrativos criam valor socioeconómico quando criam oportunidades para pessoas e regiões, contribuindo assim para a economia local.
- Valor social quando existe uma combinação de recursos, processos e políticas destinados a gerar melhoramentos na vida de indivíduos ou na sociedade como um todo (maior dificuldade na medição do valor intrínseco criado).



- Abordagem integral ao contexto externo e interno
 - Que ameaças
 - Que oportunidades
 - Que pontos fortes
 - Que pontos fracos







3. Sustentabilidade Económica e Financeira





3. Sustentabilidade Económica e Financeira

Apesar de uma OES, não visar o lucro, ela não deixa de ser uma unidade económica

Uma OES é um agrupamento humano hierarquizado, que mobiliza meios humanos, materiais e financeiros

Com esses recursos pretende extrair, transformar, transportar e/ou distribuir produtos, e/ou prestar serviços.

LOGO TEM QUE SER SUSTENTÁVEL



3. Sustentabilidade **Económica** e Financeira **Estratégias organizacionais para a captação de recursos**

- •Estender os serviços prestados a uma maior quantidade e diversidade de clientes
- •Aderir a estratégias de labelling de causa social
- Profissionalizar os métodos de gestão financeira e de racionalização de recursos utilizando métodos do sector privado lucrativo
- Desenvolver as relações comerciais e as estratégias de parceria entre empresas sociais
- •Rentabilizar estruturas físicas e equipamentos nos mercados de aluguer
- Criar negócios lucrativos nos mercados concorrenciais



3. Sustentabilidade Económica e Financeira Novos conceitos, produtos e serviços no setor financeiro

- Fundraising
- Crowdfunding
- Social Investiment
- Social Impact Bonds
- Empréstimos e créditos, alternativa aos subsídios e bolsas
- Micro financiamentos



4. Integração em Redes ou Parcerias





4. Integração em Redes e Parcerias

- Cooperação interinstitucional, parcerias e redes são palavras-chave cada vez mais presentes nas dinâmicas de desenvolvimento de qualquer território ou setor de atividade
- Uma Rede é uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns.
- Uma parceria é um arranjo em que duas ou mais partes estabelecem um acordo de cooperação para atingir interesses comuns.
- A importância das cartas sociais



5. Modelo de Governação





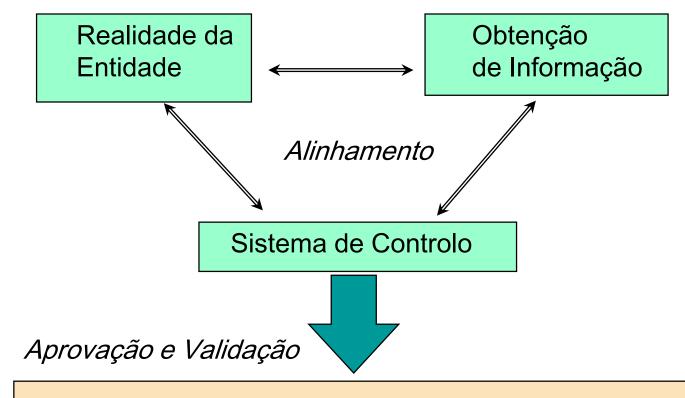
5. Modelo de Governação

- Os Estatutos da entidade
 - No caso das IPSS: Decreto − lei 172-A/2014, de 14 de novembro (apresenta na última revisão um conjunto significativo de novas regras relativamente ao funcionamento das IPSS e, em conformidade, obrigou as instituições a alterarem os seus estatutos).
- O código de conduta
- O organigrama
- A supervisão e a fiscalização
- A questão remuneratória









Orçamento Global da Entidade KPI (indicadores chave de desempenho) Modelos de reporting



- Os KPI devem incluir o maior número possível de medidas sociais, junto dos indicadores tradicionais, de forma a permitir uma análise global integrada da atividade da entidade.
- De entre as medidas sociais que poderemos utilizar, contam-se duas formas de analisar comparativamente fatores económicos relacionados com o retorno de investimentos em programas sociais:
 - Custo-efetividade Compara os custos com os resultados efetivos, geralmente em unidades "naturais", como por exemplo anos de vida ganhos ou mortes evitadas, de acordo com os objetivos de cada organização.
 - Custo-benefício Atribui um valor monetário aos resultados, convertendo em dinheiro os benefícios e custos associados com a intervenção e de seguida comparando os valores de forma a averiguar qual é o maior, o valor do benefício ou o valor do custo.



Processo de Controlo de Gestão Tempo Fixação dos... Objetivos Elaboração de Planos de ação e previsões Interpretação Interpretação Realizações dos resultados dos resultados intermédios e intermédios e tomada de tomada de decisões Avaliação das decisões performances corretivas corretivas Passos iniciais Passos Intermédios Passo Final



7. Conclusões





7. Conclusões

 Portugal e a crise social – a importância de existirem respostas eficazes

Novos desafios na sustentabilidade económica

> A oportunidade do Portugal 2020



Contactos

Vitor Bizarro do Vale

Tel: 213 138 297 Tel.: 225 106 315

Telm.: 917 540 818 Email: vitor.vale@turnaround.pt







Make Ideas Happen

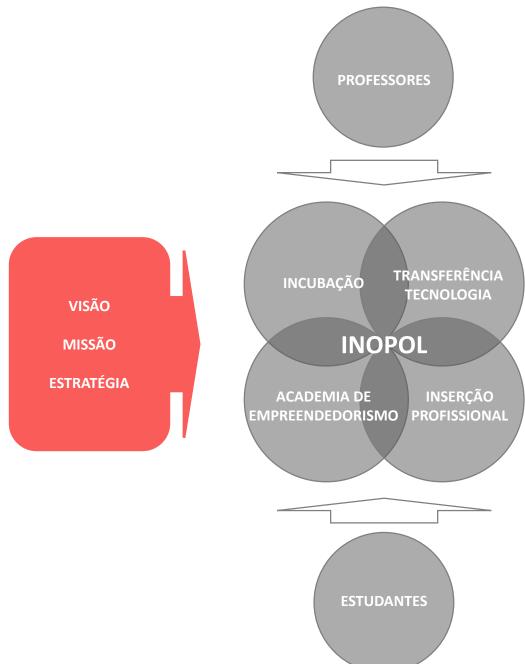




VISÃO

Espaço inovador no apoio ao fomento do espírito empreendedor dos nossos estudantes e ajudar à criação e sustentabilidade de novas empresas, facilitando deste modo a sua inserção no mundo empresarial.





Make Ideas Happen



OFERTA

Ligação às nossas Escolas/Institutos
Ligação aos nossos Laboratórios e Centros
Equipa de apoio experiente
Localização de Excelência
Envolvente Motivadora no Campus

(Restauração, Desportos, Lazer, Acessos,...)



Empreendedorismo social

- Utilização inovadora dos recursos para explorar oportunidades de preencher necessidades sociais de uma forma sustentável.
- É o processo de procura e implementação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas importantes e negligenciados da sociedade, que se traduz em Inovação Social sempre que se criam respostas mais efetivas (relativamente às alternativas em vigor) para o problema em questão.
- Empreendedorismo Social é um nome dado a um conjunto de ações empreendedoras que visam à melhoria da sociedade, onde os empreendedores lançam mão de medidas que podem ser ao mesmo tempo lucrativas e sociais.



A nossa visão e ideia estratégica

Visão:

• Os problemas sociais que enfrenta a nossa sociedade desenvolvida são excelentes fontes de oportunidades de negócio e de serviço ao próximo

Missão que vamos assumir:

 Garantir que os nossos alunos (mas também outros públicos, nomeadamente desempregados) tenham acesso a uma formação que incentive a criação de empresas em áreas sociais, através do desenvolvimento de ações que reforcem as suas competências, integrando um pensamento virado para a inovação social e para a resolução de problemas da população.

Valores:

 Responsabilidade social; solidariedade; voluntariado; reflexão sobre problemas da nossa sociedade; participação e ação cívica na nossa sociedade; inovação social.





Projeto "SABÃO COM ARTE"

Durante o mês de julho, decorreram os workshops na área do Empreendedorismo, dinamizados pelo Dr. Pedro Maranha, nas instalações da INOPOL- Academia de Empreendedorismo do Instituto Politécnico de Coimbra.

Nestas sessões, foram abordados temas tão diversos como o papel do Empreendedor, o Mercado, os consumidores, o Cliente e os princípios básicos de um plano de Marketing.





CAPACITAR jovens provenientes de contextos vulneráveis, desenvolvendo ferramentas de acesso ao emprego para cidadãos inativos, através de uma fase inicial de formação teórica e posterior experiência em contexto real de trabalho.

PROMOVER a implementação de um negócio social de fabrico e comercialização de um sabão artesanal, inspirado na história e na cultura da cidade de Coimbra, com particular destaque para a zona distinguida pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, tirando partido do expetável aumento do fluxo turístico de Coimbra.

EMPREENDER esforços para criar efetivamente novos postos de trabalho e contribuir para que os formandos possam encontrar emprego junto de outras entidades, aplicando os conhecimentos adquiridos.

INOVAR na forma de relacionamento dos parceiros sociais, de modo a estimular a sinergia das entidades locais e da população em geral, gerando receitas que permitam assegurar a viabilidade financeira do projeto.

PARCEIROS





















































Linhas Gerais de Ações a Desenvolver

Ponto de partida:

- ISCAC | Coimbra Business School
 - Pós-Graduação em Gestão das Organizações do 3º Sector
- Pós-Graduação em Gestão do Envelhecimento e Administração Social
- ESEC
 - Licenciatura em Gerontologia Social
- Mestrado em comunicação organizacional: cidadania, confiança e responsabilidade social



Linhas Gerais de Ações a Desenvolver

Criar Negócios de Economia Social

INOPOL-Academia de Empreendedorismo IPC-Instituto Politécnico de Coimbra

Formação-Ação

Criar Negócios de Economia Social





Quinta Agrícola
Bencanta
3045-601 Coimbra
Telefone: 239 802 353
inopol@ipc.pt
https://www.facebook.com/Inopol/?fref=ts
http://portal.jpc.pt/portal







Projetos e entidades sedeadas







































Obrigado pela vossa atenção.

Estamos à vossa disposição para construir o projeto com as vossas parcerias.

Contactos: 239 802 353 inopol@ipc.pt



E EMPREGO



Domingos Lopes







Objetivos Temáticos

OT 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

assumindo como meta nacional, até 2020, o aumento da taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos para 75%.

OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

assumindo como meta nacional a redução de, pelo menos, 200 mil pessoas em situação de pobreza até 2020.







Eixos Prioritários

1 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego

2 - Iniciativa Emprego Jovem

3 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

4 - Assistência Técnica

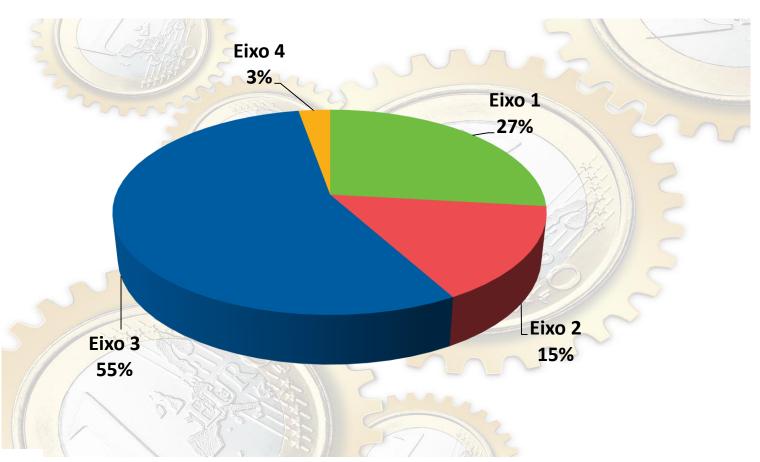






Dotação

2.130 milhões de Euros FSE









Princípios Orientadores

Orientação para resultados

Estreita articulação e complementaridade com os outros PO

Simplificação e desburocratização

Custos simplificados

Seletividade e qualidade







Eixo Prioritário 3

Promover a inclusão e combater a pobreza e a discriminação







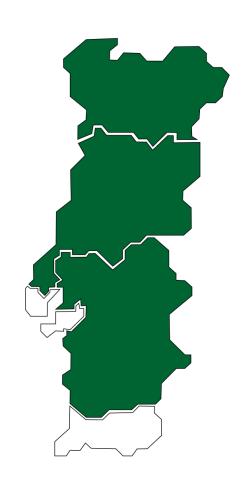


Eixo Prioritário 3

Promover a Inclusão e combater a pobreza e a discriminação

Abrangência

Regiões menos desenvolvidas do Continente



Investimento: € 1.178.280.000 (FSE) - 55% do PO ISE







OE 3.1 – Promover competências grupos potencialmente vulneráveis

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo	
Qualificação - Pessoas com deficiência e incapacidade	Ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais.		
Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho - Pessoas com deficiência e incapacidade	Ações dirigidas quer a empregadores, quer a pessoas com deficiência e incapacidade através de Centros de Recursos.	✓ Pessoas com	
Emprego apoiado - Pessoas com deficiência e Incapacidade	Comparticipação na retribuição e nas contribuições para a segurança social, contrato de emprego apoiado.	capacidade de trabalho reduzida, em idade ativa adaptação ou s, equipamentos o especializada r ou neutralizar ições na sua e frequência	
Financiamento de produtos de apoio - Pessoas com deficiência e incapacidade	Apoio financeiro para a aquisição, adaptação ou reparação de produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas técnicos de produção especializada para prevenir, compensar, atenuar ou neutralizar limitações à atividade ou restrições na sua participação ao nível do acesso e frequência de ações de formação.		







OE 3.1 – Promover competências grupos potencialmente vulneráveis

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Formação modular para DLD	Formação de públicos que se encontram afastados há mais tempo do mercado de trabalho e por serem detentores de baixas	✓ DLD's com habilitações inferiores ao
Vida Ativa para DLD	qualificações, passam por processos de desmotivação e de perda de competências.	ensino secundário.
Capacitação para a inclusão	Desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social para a (re)inserção social e profissional de grupos potencialmente vulneráveis.	 ✓ Grupos potencialmente vulneráveis: pessoas com baixos rendimentos, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas, sem-abrigo, etc. ✓ Adultos que não sejam detentores das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e em TIC.







OE 3.1 – Promover competências grupos potencialmente vulneráveis

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Português para todos	Promover a aprendizagem da língua por parte de cidadãos estrangeiros para integração dos mesmos e promoção do desempenho no trabalho, facilitando a progressão profissional e salarial e facilitando a mobilidade social	✓ Adultos imigrantes e seus descendentes, residentes em Portugal, devidamente enquadrados na legislação em vigor.
Cultura para todos	Apoiar um conjunto alargado de iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura, que vão desde a dinamização de práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos, até à divulgação de conteúdos digitais acessíveis, entre outros.	✓ Pessoas com particulares dificuldades de inclusão social.
Inserção sócio profissional da comunidade cigana	Apoiar um conjunto alargado de iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura, que vão desde a dinamização de práticas artísticas por e para grupos	✓ Comunidades ciganas; ✓ Atores relevantes no processo de integração laboral das comunidades ciganas.







OE 3.2 – Reforçar a coesão social

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Projeto de Mediadores Municipais e Mediadores Interculturais em Serviços Públicos	Promover a integração de públicos marginalizados, com base os princípios da mediação, interculturalidade e intervenção comunitária, privilegiando a formação e contratação de mediadores da comunidade alvo.	 ✓ Comunidades ciganas; ✓ Imigrantes e seus descendentes; ✓ Técnicos e profissionais dos diferentes ramos; ✓ Entidades locais, públicas e privadas.
Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	Promover a inclusão social, de forma integrada e multissetorial, através de ações a executar em parceria que contribuirão para a empregabilidade, combate à pobreza e exclusão social.	✓ Pessoas desempregadas, pessoas com deficiência e incapacidade, crianças, jovens e suas famílias, pessoas idosas e residentes nos territórios abrangidos pelos CLDS.





OE 3.2 – Reforçar a coesão social

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Programa Escolhas	Apoiar projetos localmente planeados, com base em instituições locais (escolas, centros de formação, IPSS, associações de imigrantes, entre outras), a quem foi lançado o desafio para a conceção, implementação e avaliação de projetos.	 ✓ Crianças e jovens 6-24 anos de contextos socioeconómicos vulneráveis que se encontrem numa das seguintes situações: absentismo escolar, insucesso escolar, abandono escolar precoce, desocupação, comportamentos desviantes, sujeitos a medidas tutelares educativas ou medidas de promoção e proteção; ✓ Participantes indiretos: familiares de todos os participantes, professores, auxiliares, técnicos, entre outros.





OE 3.3 – Promover um voluntariado potenciador de inclusão social

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Bolsa especializada de voluntariado	Criar um instrumento de sistematização da oferta disponível e de certificação das entidades, com intervenção social, promotoras de voluntariado, através de uma plataforma informática de âmbito nacional.	✓ Pessoas singulares, potenciais voluntários.
Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade	Promover ações de formação para um voluntariado de continuidade nas áreas promotoras de inclusão social e ações de sensibilização, como garantia de informação referente aos direitos e deveres de um voluntário.	 ✓ Pessoas singulares, potenciais voluntários; ✓ Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos.







EIXO 3: PI 9iii – Igualdade de Oportunidades

OE 3.4 – Promover a igualdade de oportunidades e de género

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Ações de sensibilização e campanhas	Promover campanhas de sensibilização, informação e divulgação sobre temáticas como a igualdade de género, prevenção da violência de género, violência doméstica, tráfico de seres humanos, discriminação racial e comportamentos aditivos dependências e problemáticas associadas.	✓ Sociedade em geral ✓ Grupos específicos, como por exemplo, técnicos e voluntários de projetos de intervenção social
Formação de públicos estratégicos	Qualificar profissionais que desempenham competências, nas mais variadas áreas, em domínios associados à promoção da igualdade de oportunidades e de género, ao combate à discriminação, à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos e que prestam apoio e acompanhamento especializados a vítimas e agressores	✓ Agentes de formação, profissionais de educação, profissionais de RH, agentes sociais, forças e serviços de segurança, pessoal dos serviços de saúde, magistrados, advogados, funcionários judiciais, consultores, jornalistas, agentes de publicidade e outros profissionais cuja atividade possa ter impacto na consolidação da perspetiva da igualdade de género nas suas diferentes manifestações.







EIXO 3: PI 9iii – Igualdade de Oportunidades

OE 3.4 – Promover a igualdade de oportunidades e de género

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos	Consolidar o relevante papel que as ONG e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos desempenham junto das populações e do público em causa.	 ✓ População em geral; ✓ Vítimas de violência de género, nomeadamente doméstica e de tráfico de seres humanos e de mutilação genital feminina; ✓ Colaboradores e dirigentes das entidades beneficiárias.
Instrumentos específicos de proteção das vítimas de violência doméstica	Dar resposta a dimensões do fenómeno da violência doméstica para além da mera segurança das vítimas, permitindo a reintegração das vítimas, em condições de segurança, em meio social e laboral.	✓ Pessoas vítimas de violência de género, nomeadamente violência doméstica e tráfico de seres humanos.







Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Modelos de apoio à vida independente (MAVI)	Dinamizar novos modelos de intervenção e prestação de serviços que introduzam maior eficiência e eficácia no processo de habilitação e reabilitação, em particular pela proximidade ao seu contexto de vida, junto de pessoas com deficiência e incapacidade das suas famílias.	✓ Pessoas com deficiência e incapacidade e seus cuidadores / famílias
Rede de cuidados de proximidade	Criar uma rede de cuidadores de proximidade, que assegure a pessoas idosas e pessoas com deficiência e incapacidades, um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas.	 ✓ Pessoas idosas; ✓ Pessoas com deficiência e incapacidade; ✓ Pessoas singulares aptas para serem cuidadores de proximidade.
Idade +	Assegurar a idosos isolados ou em agregados familiares com vulnerabilidades sociais, uma intervenção socioeducativa que procure servir como espaço privilegiado de inserção social.	 ✓ Pessoas mais idosas, em agregados familiares com vulnerabilidades sociais







Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Suporte ao doente em casa/na comunidade através do uso de tecnologias	Apoiar o desenvolvimento de serviços de saúde à distância, com recurso a tecnologias de saúde de proximidade e que inclui a telemonitorização e o acompanhamento do doente à distância.	✓ Adultos com doença/risco de saúde que possa ser melhorada/mitigada pela intervenção de cuidados de saúde à distância.
Cuidados especializados	Promoção de ações inovadoras de sensibilização e informação, e ações que visem capacitar técnicos e famílias nas áreas da infância e juventude, demências, e da população com deficiência e incapacidade.	 ✓ Famílias com crianças; pessoas com demência, pessoas com deficiência e incapacidade; ✓ Técnicos e outros profissionais e colaboradores prestadores de cuidados.
Rede local de intervenção social (RLIS)	Dinamizar um modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local, em que se pretende apoiar os processo de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das pessoas em situações de risco e vulnerabilidade socioeconómica.	✓ Pessoas e famílias em situação de pobreza e de exclusão social, incluindo situações de crise e emergência social.







Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância (SNIPI)	Consolidar o sistema nacional, de forma potenciar os recursos e ações integradas e descentralizadas dos serviços, e garantir uma maior cobertura e melhor qualidade das respostas às necessidades multidimensionais e específicas das crianças elegíveis e das suas famílias, tendo em vista a sua inclusão social.	✓ Técnicos e outros profissionais e colaboradores do sistema nacional de intervenção precoce na infância.
Apoio à parentalidade positiva	Melhorar as respostas de apoio à capacitação das famílias, com vista ao exercício de uma parentalidade responsável, através do reforço e aquisição de competências parentais necessárias à orientação e educação de crianças e jovens.	 ✓ Crianças e jovens inseridas em agregados familiares em situação de vulnerabilidade social; ✓ Agregados familiares em situação de vulnerabilidade social com crianças e jovens a cargo; ✓ Técnicos e outros profissionais e colaboradores de ação social.







Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo
Qualificação do apoio institucional a crianças e jovens	Definir projetos de vida de crianças e jovens em acolhimento institucional, contribuindo assim para o seu desenvolvimento e autonomia numa cidadania de inclusão e desenvolvimento social.	✓ Crianças e jovens em acolhimento institucional; ✓ Técnicos e outros profissionais e colaboradores em programas integrados de promoção da inclusão social para crianças e jovens.
Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI)	Promover a informação junto dos cidadãos imigrantes sobre os seus direitos e deveres, tendo em vista a facilitação do seu processo de integração e a promoção de uma cidadania plena.	✓ Imigrantes.







Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo			
Formação de Técnicos Especializados – CPCJ		✓ Técnicos das comissões de proteção de crianças e jovens.			
Formação de Técnicos de Reabilitação	Promover ações de formação de pessoal de serviços sociais e de saúde, utentes dos mesmos, como suporte relevante às estratégias de diversificação da oferta e aumento ✓ Técnicos de reabilitação que intervé área das políticas integradas de incapacidade.				
Formação de Profissionais do Setor da Saúde	da qualidade das respostas disponíveis nessas áreas, atendendo ao seu papel chave na inclusão social de grupos mais vulneráveis.	✓ Profissionais do setor da saúde, que intervêm nos comportamentos aditivos e dependências e na área da saúde menta			
Sensibilização e informação no âmbito das reformas nos serviços sociais e de saúde		✓ Utentes dos serviços sociais e de saúde.			







EIXO 3: PI 9v – Empreendedorismo

OE 3.6 – Promover o empreendedorismo e a inovação social

Tipologia de Operações	Descrição	Grupo-Alvo			
Portugal Inovação Social	Consolidar um ecossistema de inovação e empreendedorismo social em Portugal, capaz de gerar soluções sustentáveis, em complemento às respostas tradicionais.	 ✓ Pessoas coletivas que integrem o âmbito das Organizações da Economia Social; ✓ Vários (cidadãos ou instituições), dependendo do objeto de cada iniciativa apoiada; ✓ População servida pelos serviços públicos selecionados. 			
Reforço da capacitação institucional dos Parceiros do CNES	Criar condições para a promoção do trabalho em rede, a nível nacional e europeu, visando a troca de experiências e a divulgação de boas práticas, e ainda a criação de gabinetes de apoio à economia social com polos de atendimento.	✓ Pessoas singulares ou coletivas das OES que integram o CNES.			









ID	Tipologia de operações	BREPP	OISG	OISS	Indicação do OI/BREPP
3.01	3.01 Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade		Х		IEFP
3.02	2 Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade				IEFP
3.03	Formação modular para DLD	Candidatura Direta à AG		à AG	
3.04	3.04 Vida Ativa para DLD				IEFP
3.05	Capacitação para a inclusão	Candidatura Direta à AG			
3.06	Português para Todos		X		ACM
3.07	Cultura para todos	Candidatura Direta à AG			
3.08	Inserção socioprofissional da comunidade cigana		X		ACM
3.09	3.09 Projeto de mediadores municipais interculturais		X		ACM
3.10	Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)			X	ISS
3.11	Programa Escolhas	X			ACM
3.12	Bolsa especializada de voluntariado	X			CASES
3.13	Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade			Χ	CASES
3.14 A	Ações de sensibilização e campanhas	Candidatura Direta à AG			
		X			ACM
3.15	.15 Formação de públicos estratégicos		Х		CIG
3.16	Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos		Х		CIG
3.17	Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de	Candidatura Direta à AG			
3.17	agressores na violência doméstica		Х		CIG









ID	Tipologia de operações	BREPP	OISG	OISS	Indicação do OI/BREPP
3.18	Modelos de apoio à vida independente (MAVI)			Х	ISS
3.19	Rede de cuidados de proximidade			X	ISS
3.20	Idade +			Х	ISS
3.21	Suporte ao doente em casa/na comunidade através do uso de tecnologias			X	ACSS
3.22	Cuidados especializados (prematuros/demências)			X	ISS
3.23	Rede local de intervenção social (RLIS)			Х	ISS
3.24	Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância		X		ISS
3.25	Apoio à parentalidade positiva		X		ISS
3.26	Qualificação do apoio institucional a crianças e jovens	X			ISS
3.27	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	X			ACM
3.28	Formação Docentes, Técnicos e Outros Profissionais dos CPCJ	X			ISS
3.29	Formação de Técnicos de Reabilitação			X	IEFP
3.30	Formação de Profissionais do Setor da Saúde			Х	ACSS
3.31	Sensibilização e (in)formação de suporte às reformas nos serviços sociais e de saúde			Х	ACSS
3.32	Programa de Capacitação para o Investimento Social			Х	EMPIS
3.33	Programa de Parcerias para o Impacto			Χ	EMPIS
3.34	Títulos de Impacto Social			Х	EMPIS
3.35	Fundos para a Inovação Social				EMPIS







Obrigado.







MECANISMOS EUROPEUS DE FINANCIAMENTO

oportunidades para a economia social a partir da experiência Europeia do IEBA





APRESENTAÇÃO DO IEBA



ENTIDADE

- □ É uma **associação de desenvolvimento territorial**, privada e sem fins lucrativos, criada em Mortágua, em 1994, na região Centro.
- Os seus objectivos estatutários são: "(...) o desenvolvimento da sua área de intervenção, nomeadamente através de apoio técnico e promoção das actividades económicas, culturais e sociais, dos recursos humanos, do ensino e formação profissional, bem como a criação e gestão de empresas (...). "
- É uma entidade formadora certificada pela DGERT Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (certificado n.º 1219/2014), em 14 áreas de educação e formação.
- Desenvolve a sua actividade através de processos de cooperação e parceria, de âmbito local, regional, nacional e Europeu.

ORGANIZAÇÃO E EQUIPA

- Está organizado em 3 gabinetes relacionados com as suas 3 áreas de trabalho:
 - projectos e desenvolvimento,
 - formação e emprego;
 - serviços a empresas.
- Cada gabinete tem uma coordenação e existe um Director Executivo, que também é responsável pela área Financeira, Contabilidade e Área de Secretariado e Informática.
- Tem uma equipa multidisciplinar permanente com 16 pessoas (Economia, Gestão, Contabilidade, Sociologia, Recursos Humanos, Serviço Social, Ciências da Educação, Desporto, Informática).
- Possui uma relação com uma vasta rede externa de profissionais de formação e consultoria e com outras entidades, criando sinergias e complementaridade de competências.

EXPERIÊNCIA

Em mais de 20 anos de experiência, o IEBA:

- implementou 54 projectos de inovação/intervenção social, desenvolvimento local e capacitação pessoal e organizacional, sendo 23 nacionais e 31 Europeus, tendo liderado 25 e sido parceiro em 29
- organizou 30 mobilidades e intercâmbios Europeus para profissionais da formação e jovens
- organizou mais de 10.611 horas de formação envolvendo cerca de 1.500 formandos/as
- qualificou 300 empresas, ministrando 14.578 horas de formação e envolvendo 5.457 colaboradores/as dessas empresas
- qualificou 100 entidades da economia social, ministrando 12.736 horas de formação e cerca de 6000 horas de consultoria para dirigentes, colaboradores/as e voluntários/as
- apoiou 30 mulheres em projectos de empreendedorismo, com formação, consultoria



OS PROJECTOS



Juventude & Desporto



J.100%
PRODER, 2012-2013
http://www.mortaguasport.com/
CONCLUÍDO EM 2012



HDCYPS - Healthy Development of Children and Young People through Sport Youth in Action, 4.6, 2013-2014 CONCLUÍDO EM 2014



ANIMÓVEL Itinerários de Sucesso em Mortágua Programa ESCOLHAS
CONCLUÍDO EM 2009



Corpo São, Mente Sã Fundação EDP,2012-2013 http://facebook.com/IEBAC orpoSaoMenteSa CONCLUÍDO EM 2014



PRO US ALL - Promoting Urban Sports For All Preparatory Action: European Partnerships on Sports EAC/S06/2012, 2013-2014

http://www.prousall.eu/CONCLUÍDO EM 2014

Igualdade de Género & Anti-discriminação



Ser ou não Ser Igual I-II-III

POPH, 2008-2013

http://www.serounaoserigual.blogspot.pt/

CONCLUÍDO EM 2014



IN OTHER WORDS Web Observatory and Review, for Discrimination Alerts and Stereotypes Deconstruction
Fundamental Rights and Citizenship, 2010-2012

http://www.inotherwords-project.eu/

http://www.facebook.com/PorOutrasPalavras

CONCLUÍDO EM 2013



MEDIA +Igual

POPH, 2013-2014

https://www.facebook.com/mediamaisigual

CONCLUÍDO EM 2014

Economia Social & Empresas



Q3 Qualificar o 3º Sector
POPH, 2008-2014
http://www.facebook.com/Q3Qualificar3Sector
CONCLUÍDO EM 2014



Formação PME
POPH, 1998-2014
http://pme.aeportugal.pt/
CONCLUÍDO EM 2014

Empreendedorismo



PROFEM Promoção do Empreededorismo Feminino I e II
POPH
CONCLUÍDO EM 2014



LET'S ENTREPRISE Let Seniors Teach Sense of Initiative and Entrepreneurship Through Innovative Multimedia Storytelling Approaches
Grundtvig - Multilateral, 2009-2011
http://www.letsenterprise.eu/
CONCLUÍDO EM 2012

Formação & Mobilidades



SLIDE – eLearning Comparative study in 6 European studies eLearning Initiative
CONCLUÍDO EM 2006



IN EUROPA I – II – III Intercâmbios Europeus de Aprendizagem CONCLUÍDO EM 2014



CRISTAL Common References in Sustainable Training in Adult Learning Grundtvig - Partnerships, 2011-2013

http://cristalgrundtvig.wordpress.com/
CONCLUÍDO EM 2013

Emprego & Inclusão



PLUS – Competências para a Sociedade do Conhecimento e Viver na Europa Grundtvig 1, 2004-206

CONCLUÍDO EM 2006



VALIDAID Validation of Skills and Knowledge for Strengthening the Positions of Low Qualified Employees in the Labour Market Leonardo da Vinci - Transfer of Innovation, 2010-2012 http://www.validaid.eu/



INSIGHT *Individualized Training in Acquiring New Skills and Raising Employment Competences* Leonardo da Vinci - Transfer of Innovation, 2011-2013

http://www.insight-training.eu/CONCLUÍDO EM 2013

CONCLUÍDO EM 2012



SKILLS 4 JOBS

New skills for career guidance in response to the need for restructuring the labor market and the creation of new jobs,

ESF - PROGRESS, 2014

http://skills4jobs.org/en/CONCLUÍDO EM 2014

PROJECTOS EUROPEUS EM CURSO

Higiene e segurança no trabalho em empresas com automação e robotização



SPOSH Strategic Partnership for Occupational Safety and Health

Erasmus + KA2 Strategic Partnership

4 parceiros: BG, SL, <u>PL</u>, PT ONGOING > 2015 - 2107

Inclusão e alfabetização de comunidades ciganas



RomABC Goes Europe

Erasmus + KA2 Strategic Partnership

8 Parceiros: GR-3, HU-2, PT, RO-2

ONGOING > 2015 - 2107

Empreendedorismo de jovens através de iniciativas na área do desporto

I am a Sport Entrepreneur



I am a Sport Entrepreneur – What R U?

Erasmus + KA2 Strategic Partnership

10 Parceiros: CZ, ES-2, IT, GR, HU, PT, SI, TR, <u>UK</u>

ONGOING > 2016 - 2108



MECANISMOS EUROPEUS DE FINANCIAMENTO

OPORTUNIDADES PARA A ECONOMIA SOCIAL



ORÇAMENTO DA UE

- □ É uma ferramenta importante que **põe em prática as políticas** da UE.
- □ Financia acções que os Estados-Membros não podem financiar autonomamente, ou que podem financiar de modo mais económico congregando os seus recursos.
- Uma vez adoptado, o orçamento é gerido conjuntamente pelos Estados-Membros da UE e pela Comissão, ou directamente pela Comissão. Na prática, 80% do orçamento da UE é gerido pelos governos nacionais ou regionais.
- É em grande medida financiado pelos «recursos próprios», provenientes de três fontes:
 - direitos alfandegários sobre as importações provenientes do exterior da UE e quotizações sobre o açúcar;
 - uma pequena parte do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) cobrado na UE;
 - contribuições de cada Estado-Membro em função da proporção do seu rendimento nacional bruto (RNB) no RNB da UE, o que constitui a maior fonte de receitas para o orçamento da UE (74 % em 2013).
- Cerca de 94% do dinheiro da UE é gasto nas suas várias políticas, regressando na sua maior parte aos Estados-Membros. Cerca de 6% do orçamento da UE é gasto com o funcionamento das suas instituições e seu pessoal.

QUADRO FINANCEIRO PLURI-ANUAL

- O QFP é um plano de despesas que estabelece os montantes máximos anuais que a UE pode despender em diferentes domínios de actividade num período de 7 anos, moldando as prioridades políticas nesse período.
- Para o período de 2014-2020, a UE pretende atingir os objectivos da estratégia Europa 2020, com os seguintes elementos fundamentais do QFP:
 - Aposta no crescimento, na criação de emprego e na competitividade investimento em educação e investigação e de um novo fundo para o Mecanismo Interligar a Europa
 - Maior qualidade das despesas simplificação das regras aplicáveis aos fundos da UE, concentração nos investimentos que produzem resultados, possibilidade de suspender o financiamento caso um país não aplique políticas económicas e orçamentais adequadas.
 - Reforma da política agrícola comum agricultura mais competitiva e ecológica.
 - Combate às alterações climáticas 20% do QFP para acções de combate aos efeitos das alterações climáticas.
 - Solidariedade para com os países e regiões mais pobres da UE concentração da maior parcela de financiamento regional e da introdução do fundo para o emprego dos jovens.
 - Redução do crescimento das despesas administrativas redução de efectivos nas instituições europeias.

TIPOS DE FINANCIAMENTOS

- As **subvenções** são concedidas para executar projectos específicos, geralmente na sequência do anúncio público denominado ((<u>convite à apresentação de propostas</u>)).
 - Uma subvenção serve uma finalidade específica que vem descrita no convite à apresentação de propostas.
 - Em muitos casos, a contribuição da UE está sujeita à condição de o beneficiário assegurar **o co- financiamento**.
 - São **contribuições financeiras directas** (doações) a partir do orçamento para financiar medidas destinadas a promover a realização de um objectivo de uma política da União, ou apoiar o funcionamento de um organismo que prossegue um objectivo de interesse europeu geral, ou um objectivo que se inscreve no quadro de uma política da UE.
- Os contratos públicos são concedidos através de concursos (contratação pública).
 - Abrangem uma ampla gama de domínios, incluindo estudos, assistência técnica e formação, consultoria, organização de conferências, equipamento informático e muitos outros.
 - O objectivo dos contratos é a compra de serviços e bens ou a contratação de obras com vista a assegurar o bom funcionamento das instituições e programas da UE.
- Os empréstimos, as garantias e os prémios encontram-se entre outros possíveis tipos de financiamento.

GESTÃO DOS FINANCIAMENTOS

- A gestão directa significa que um fundo ou programa é gerido directamente pela Comissão Europeia, ou por uma das suas agências. A gestão envolve a selecção de contratantes, a concessão de subvenções, a transferência de fundos e actividades de acompanhamento e outras.
- A gestão partilhada significa que a gestão do fundo ou programa da UE é delegada nos países da UE. A maioria dos projectos financiados pela UE, que representam cerca de 80 % do orçamento da UE, são objecto de gestão partilhada.
- Cada concurso (no caso de contratos públicos) ou convite à apresentação de propostas (no caso das subvenções) apresenta as condições de participação, incluindo o perfil a que os requerentes devem corresponder.
- Todos os candidatos beneficiam dos princípios de transparência e igualdade de tratamento definidos no Regulamento Financeiro da EU e nas respectivas normas de execução.
 - É este o caso quer se candidatem a uma subvenção gerida pela Comissão Europeia ou por uma autoridade de gestão, quer participem num concurso público.

CANDIDATURAS A SUBVENÇÕES

Candidaturas enquadradas nas políticas Europeias

A Comissão faz contribuições financeiras directas na forma de subvenções para apoio de projectos ou organizações, que promovem os interesses da UE ou contribuem para a implementação de uma política ou programa da UE. As partes interessadas podem candidatar-se, respondendo aos convites à apresentação de propostas (call for proposals).

Candidaturas geridas pelas agências de execução da UE

As agências da UE são distintas das instituições da UE. Executam tarefas específicas ao abrigo do direito Europeu. Existem mais de 40 agências, divididas em quatro grupos. Um grupo de 6 agências de execução apoia a Comissão a gerir os programas da EU. Estas agências publicam periodicamente informações sobre as oportunidades de financiamento através dos programas que gerem em nome da Comissão.

Candidaturas de acordo com o tipo de beneficiários

- □ ONG
- JOVENS
- Outros...

A PARTIR DAS POLÍTICAS EUROPEIAS

http://ec.europa.eu/contracts_grants/grants_pt.htm

Fiscalidade Agricultura, pescas e alimentação Políticas externas Justiça, assuntos internos e direitos Aquicultura Luta contra a fraude Bem-estar animal Orçamento dos cidadãos Desenvolvimento rural Emprego e direitos sociais Cidadania PAC Emprego, assuntos sociais e inclusão Fronteiras **PCP** Energia e recursos naturais lmigração Saúde das plantas Acção climática Justiça **Empresa** Energia Migração Competitividade Energia inteligente Polícia Empresas e Indústria Ambiente, consumidores e saúde Regiões e desenvolvimento local Livre circulação **Ambiente** Política regional Mercado único Consumidores Ciência e tecnologia **PMF** Desenvolvimento sustentável Agenda digital Cultura, educação e juventude Política marítima Investigação e inovação П Cultura Transporte e viagens Saúde Educação e formação Relações externas e negócios **Transportes** Juventude Turismo estrangeiros Economia, finanças e impostos Ajuda humanitária Outro Alfândega Alargamento Comunicação Concorrência Comércio externo Estatísticas Desenvolvimento e cooperação Interpretação Economia Estabilidade Financeira e Serviços Meios de comunicação social Política externa e de segurança

comum

Serviços audiovisuais

Financeiros

AGÊNCIAS DE EXECUÇÃO

Este grupo de 6 agências de execução apoia a Comissão a gerir os programas da UE:

- 1. Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA)
- 2. Agência de Execução para as Pequenas e Médias Empresas (EASME)
- 3. Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação (ERCEA)
- 4. Agência de Execução para os Consumidores, a Saúde e a Alimentação (CHAFEA)
- 5. Agência de Execução para a Investigação (REA)
- 6. Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA)

EACEA - Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura

http://eacea.ec.europa.eu/index en.php

- A EACEA tem como missão assegurar a execução de uma série de componentes de mais de quinze acções e programas financiados pela União Europeia nos domínios da educação e formação, cidadania activa, juventude, audiovisual e cultura.
 - Embora a agência tenha personalidade jurídica própria, depende de quatro Direcções-Gerais da Comissão Europeia, que são responsáveis pela programação, avaliação e definição de políticas: Educação e Cultura (EAC), Migração e Assuntos Internos (HOME), Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias (CNECT) e Ajuda Humanitária e Protecção Civil (ECHO).
- É responsável pela maioria dos aspectos relacionados com a gestão de programas: elaboração de convites à apresentação de propostas, selecção de projectos e assinatura dos acordos correspondentes, gestão financeira, acompanhamento dos projectos (relatórios intercalares, relatórios finais), comunicação com os beneficiários e controlos no terreno.
- Todas as componentes dos programas geridos pela agência são centralizadas e destinam-se a apoiar projectos de natureza técnica, que não implicam a tomada de decisões políticas.

PROGRAMAS GERIDOS PELA EACEA

Creative Europe

Substituiu os anteriores programas MEDIA, MEDIA Mundus e Culture

Erasmus+

Substitui um conjunto de 7 programas: Lifelong Learning Programme, Youth in Action, Erasmus Mundus, Tempus, Alfa, Edulink, Programme for cooperation with industrialised countries.

Europe for Citizens

É a continuação do anterior programa Europe for Citizens.

EU Aid Volunteers

Esta iniciativa reúne voluntários/as e organizações de diferentes países para trabalhar em projectos comuns.

Sistema de Mobilidade Académica Intra-África

Apoia a cooperação no ensino superior entre países da África.

Rede Eurydice

Apoia e facilita a cooperação europeia no domínio da aprendizagem ao longo da vida, fornecendo informações sobre sistemas e políticas de educação em 37 países e através da produção de estudos sobre questões comuns aos sistemas educativos europeus.

Inclusão social, da igualdade de género e da igualdade de oportunidades

- As **ONG** que trabalham nos domínios da inclusão social, da igualdade de género e da igualdade de oportunidades podem beneficiar:
 - Fundo Social Europeu (FSE): as autoridades de gestão dos programas operacionais, numa região ou num Estado-Membro elegível para apoio do Fundo de Coesão, devem garantir que um montante adequado dos recursos do FSE seja afecto ao reforço das capacidades das organizações não-governamentais Regulamento EU n.º1303/20139.
 - Outros programas geridos centralmente pelos serviços e agências da Comissão Europeia: cobrem uma vasta gama de domínios, incluindo a cultura e os meios de comunicação social, a cidadania, a investigação e a inovação, o desenvolvimento e a ajuda humanitária, os transportes, a energia e as tecnologias da informação e comunicação.

Cultura e meios de comunicação social

- Europa Criativa: Este programa que é gerido pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA), apoia as iniciativas relacionadas com o sector audiovisual, cultural e criativo europeu. O programa consiste em dois subprogramas:
 - Sub-programa Cultura: ajuda as organizações culturais e criativas a operarem num contexto transnacional e as obras culturais e os artistas a circularem entre diferentes países. As oportunidades de financiamento disponíveis abrangem uma vasta gama de possibilidades: projectos de cooperação, tradução literária, redes e plataformas. As actividades deste sub-programa destinam-se a permitir o trabalho colaborativo, com uma dimensão internacional.
 - Sub-programa MEDIA: proporciona apoio financeiro para ajudar os sectores cinematográfico e audiovisual da UE <u>a desenvolverem</u>, <u>distribuírem e promoverem as suas obras</u>. Permite aos filmes e obras audiovisuais europeias, incluindo filmes, séries televisivas, documentários e novos meios comunicação social, encontrar mercados fora das fronteiras nacionais e europeias. Financia igualmente acções de formação e regimes para o desenvolvimento de filmes.

Cidadania

Programa (Europa para os cidadãos) da Comissão Europeia: tem 2 objectivos principais: ajudar o público a compreender a UE, a sua história e diversidade e, por outro lado, promover a cidadania europeia e melhorar as condições para a participação cívica e democrática a nível da UE. O programa é gerido pela EACEA, concede tanto subvenções de acção, como subvenções de funcionamento. Os organismos públicos e as organizações sem fins lucrativos podem candidatar-se.

Investigação e inovação

- Desafios Societais do Programa-Quadro Horizonte 2020 (H2020) de Investigação e Inovação: prevê o financiamento de projectos, numa vasta gama de domínios: saúde, alterações demográficas, segurança alimentar, agricultura e silvicultura sustentáveis e investigação marinha e marítima e nas águas interiores. É gerido pela Agência de Execução para as Pequenas e Médias Empresas (EASME).
- "Transportes inteligentes, ecológicos e integrados" e «Energia segura, não poluente e eficiente": as ONG podem candidatar-se a certos projectos em curso no âmbito destas duas componentes do programa H2020, geridas pela Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA).

Desenvolvimento e ajuda humanitária

- Programas regionais ou temáticos geridos pela Direcção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação (DEVCO) da Comissão Europeia: As ONG podem beneficiar de financiamento no âmbito da maioria destes programas. Consoante os requisitos dos convites à apresentação de propostas, podem participar por si próprias, ou juntamente com outros candidatos, ou organizações afiliadas.
- Actividades de ajuda humanitária e protecção civil: As ONG são também elegíveis para financiamento destas actividades, sendo a Direcção-Geral da Ajuda Humanitária e da Proteção Civil da Comissão (ECHO) que presta o financiamento às ONG, organizações internacionais e agências das Nações Unidas, que executam a acção humanitária no terreno.

Transportes, energia e TIC

- Mecanismo Interligar a Europa (MIE): Algumas áreas deste Mecanismo estão abertas às ONG para financiamento. Os candidatos potenciais devem verificar os critérios de elegibilidade estabelecidos em cada convite à apresentação de propostas, uma vez que podem variar de um sub-programa para outro.
 - O programa MIE é gerido pela Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA), sendo a Comissão Europeia responsável pelo planeamento da forma como o financiamento é utilizado, pela selecção de projectos, pela repartição do financiamento e pelo controlo da sua utilização.

Outras possibilidades de financiamento

- <u>Fundo de Apoio à Sociedade Civil no âmbito da Política de Vizinhança</u>: destinado aos países vizinhos da EU, apoia o desenvolvimento da sociedade civil, de modo a que esta possa assumir uma parte activa no debate público sobre a democracia e os direitos humanos e influenciar a concepção das políticas.
- Serviço dos Instrumentos de Política Externa (FPI): é um serviço da Comissão Europeia que trabalha em estreita colaboração com o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) e as delegações da UE em todo o mundo, publica regularmente convites à apresentação de propostas e concursos.
- LIFE Acção Climática: no âmbito deste <u>sub-programa</u> estão disponíveis subvenções para uma variedade de projectos no domínio da acção climática lançados por organizações sem fins lucrativos, incluindo as ONG.
- Agência de Execução para os Consumidores, a Saúde e a Alimentação (CHAFEA): as ONG são também elegíveis para projectos financiados por esta Agência.

Erasmus+

- O **Erasmus+** é um o programa da EU para o período **2014-2020** para a **educação**, **a formação**, **a juventude e o desporto**. Tem por objetivo <u>reforçar as competências e a empregabilidade dos jovens, bem como modernizar a educação, a formação e o trabalho <u>juvenil</u>.</u>
- Certas actividades são geridas a nível central pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA) em Bruxelas, enquanto outras, as actividades (descentralizadas), são geridas pelas agências nacionais de cada país.
- O programa Erasmus+ oferece a oportunidade a mais de 4milhões de europeus para estudar, seguir uma acção de formação, adquirir experiência profissional ou realizar uma acção de voluntariado no estrangeiro.
- Apoia parcerias transnacionais entre instituições e organizações no domínio da educação, formação e juventude, que fazem a ligação entre os mundos do ensino e do trabalho.
- Pela primeira vez, o programa Erasmus+ concede apoio financeiro da UE a favor de projectos relacionados com o desporto amador, para enfrentar desafios como a viciação dos resultados dos jogos, a dopagem, a violência e o racismo, promover a inclusão social e a igualdade de género.

Luta contra o desemprego de jovens

- Iniciativa para o Emprego de Jovens: visa apoiar jovens que não estudam, não trabalham e não seguem qualquer formação em regiões onde a taxa de desemprego dos jovens é superior a 25 %. A iniciativa complementa outros projectos realizados a nível nacional, nomeadamente os projectos do âmbito do Fundo Social Europeu (FSE).
- Garantia para a Juventude: é uma nova abordagem para combater o desemprego jovem. As pessoas desempregadas com menos de 25 anos, quer estejam inscritas ou não junto dos serviços de procura de emprego, recebem uma oferta de trabalho de boa qualidade e específica no prazo de quatro meses após terem terminado o ensino formal ou terem ficado desempregadas.
- <u>Fundo Social Europeu e da Iniciativa para o Emprego de Jovens</u>: é o complemento dado pela UE para complementar as despesas nacionais com estas iniciativas. As autoridades de gestão de cada país da UE podem fornecer informações mais pormenorizadas sobre a Iniciativa para o Emprego de Jovens e a Garantia para a Juventude.

Jovens investigadores/as e empresários/as

- «<u>Acções Marie Skłodowska-Curie</u>»: estão abertas à participação de investigadores de todas as disciplinas, desde os cuidados de saúde de emergência, até à investigação fundamental («blue-sky»). As actividades são executadas pela Agência de Execução para a Investigação (REA).
- COSME Erasmus para Jovens Empresários: é um programa de intercâmbio transnacional que permite a jovens aspirantes a empresários aprenderem junto dos empresários com experiência. É gerido pela Agência de Execução para as Pequenas e Médias Empresas (EASME).

Outras possibilidades de financiamento

- Os/as jovens agricultores/as podem ser elegíveis para um pagamento complementar no valor de 25 % do pagamento directo que recebem. O pagamento complementar é aplicável a agricultores/as com menos de 40 anos de idade e é disponibilizado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia.
- Os/as jovens podem ser elegíveis para financiamento ao abrigo do Fundo Europeu
 Agrícola de Desenvolvimento Rural. Cada programa de desenvolvimento rural inclui
 medidas para as quais o fundo pode prestar assistência a jovens, consoante as
 prioridades de cada país ou região. Cada país da UE estabelece as condições para a
 prestação de apoio financeiro no âmbito dos programas operacionais, definindo as suas
 prioridades de financiamento e a incumbência de gerir os fundos no seu próprio território.
- A Iniciativa Voluntários para a Ajuda da EU reúne voluntários/as de diferentes países para trabalhar em projectos de ajuda humanitária em todo o mundo. Qualquer pessoa proveniente de um país da UE ou da EFTA, qualquer país em vias de aderir à UE ou qualquer um dos 16 países da Europa Oriental e Meridional abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança pode participar no programa.



ERASMUS+



ERASMUS+

http://www.proalv.pt/erasmusmais/erasmus/acerca-do-erasmus.html

- O Erasmus+ é o programa da UE que consolida sob um único quadro de apoio as áreas da educação, formação, juventude e desporto e outros programas internacionais, em todos os sectores da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o Ensino Superior, Formação Profissional, Educação de Adultos, Ensino Escolar, Actividades para Jovens e Formação no âmbito do Desporto amador.
- □ Entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014 até ao final de 2020.
- Abrange cinco grandes áreas de educação e formação:
 - 1. Oportunidades para a educação escolar para os funcionários e instituições;
 - 2. Oportunidades para a <u>educação e de formação profissional</u>, para estudantes, aprendizes, estagiários, funcionários, instituições e empresas;
 - 3. Oportunidades para <u>o ensino superior</u> para alunos, funcionários, instituições e empresas;
 - 4. Oportunidades para a educação de adultos para funcionários, instituições e empresas;
 - 5. Oportunidades de <u>integração europeia</u> para o pessoal e as instituições académicas e de investigação.
- □ Está organizado em 3 acções-chave (key actions KA)

ACÇÃO 1. MOBILIDADES INDIVIDUAIS PARA FINS DE APRENDIZAGEM

- Os projectos de MOBILIDADE permitirão aos beneficiários viajar para outro país participante, a fim de estudar, trabalhar, ensinar, fazer formação e desenvolver competências profissionais.
- □ Incluem:
 - Períodos de estudos ou estágio para estudantes do Ensino Superior e recém-graduados (até 1 ano depois da data de graduação)
 - <u>Estágios profissionais</u> para formandos, estudantes em formação profissional inicial e recém-graduados (até 1 ano depois da data de graduação para estes últimos)
 - Intercâmbio de jovens
 - Actividades do Serviço Voluntário Europeu
 - <u>Desenvolvimento profissional e formação</u> de pessoal em todos os sectores da educação, formação e juventude.
- Em Portugal são responsáveis:
 - PROALV Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação: http://www.proalv.pt/
 - AGÊNCIA JUVENTUDE Agência Nacional Erasmus+ Juventude e Desporto: http://www.juventude.pt/

Parcerias Estratégicas

- As PARCERIAS ESTRATÉGICAS visam projectos de colaboração que permitirão às organizações melhorar a sua oferta educativa/formativa, reflectir sobre questões comuns e partilhar práticas inovadoras.
- Incluem;
 - Projectos no âmbito da cooperação sectorial e/ou intersectorial
 - Projectos de colaboração com o sector industrial
 - <u>Parcerias bilaterais e multilaterais</u>, dependendo do sector de intervenção
 - Implementação de <u>actividades inovadoras</u>
 - Flexibilidade em termos de actividades e parceiros
- Em Portugal são responsáveis:
 - PROALV Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação: http://www.proalv.pt/
 - □ AGÊNCIA JUVENTUDE Agência Nacional Erasmus+ Juventude e Desporto: http://www.juventude.pt/

2. Alianças para o Conhecimento

- As ALIANÇAS PARA O CONHECIMENTO visam aumentar a capacidade de inovação, a cultura inovadora nas universidades europeias e, de modo geral, no enquadramento socio-económico europeu.
 - Operacionalizam-se em projectos submetidos directamente à Agência Executiva.
- Deverão claramente responder a pelo menos um dos seguintes objectivos específicos:
 - Desenvolver novas metodologias e multidisciplinaridade nos processos de ensinoaprendizagem
 - <u>Estimular o empreendedorismo e as competências empreendedoras</u> do pessoal docente e das empresas parceiras
 - Facilitar a troca, fluxo e co-criação de conhecimento
- Estes projectos devem também prever a participação dos membros da aliança nos clusters temáticos promovidos pela CE no âmbito da educação e formação.

3. Alianças para as competências sectoriais

- As ALIANÇAS PARA AS COMPETÊNCIAS SECTORIAIS visam colmatar falhas nas competências profissionais disponíveis para um sector, mas consideradas necessárias tendo em conta a procura presente e futura do sector.
 - Os projectos são submetidos diretamente à Agência Executiva
- Estas alianças desenvolverão as suas acções utilizando os instrumentos europeus para reconhecimento de qualificações.
- Os sectores elegíveis para esta acção são os que compõem o Conselho Europeu para as Competências Sectoriais e os sectores carenciados de mão-de-obra qualificada pela CE, nomeadamente a manufatura avançada, as tecnologias de comunicação e informação, tecnologias ambientais e os sectores cultural e criativo.

4. Capacitação no campo da juventude

- Os projectos de CAPACITAÇÃO NO CAMPO DA JUVENTUDE destinam-se a promover a cooperação e intercâmbio no âmbito da juventude, entre os países do Programa Erasmus+ e países de diferentes regiões do mundo.
 - Os projectos são submetidos diretamente à Agência Executiva
- São projectos transnacionais baseiados em parcerias multilaterais entre instituições activas no campo da juventude nos países do Programa Erasmus+ e países parceiros, realizando actividades como:
 - desenvolvimento de cooperação estratégica com instituições de juventude e autoridades públicas dos países parceiros
 - cooperação com organizações de educação e representantes do mercado de trabalho desses países
 - melhorar a capacidade das plataformas e concelhos de juventude
 - melhoria da gestão, práticas de trabalho gestão das organizações dos países parceiros

ACÇÃO 3. APOIO À REFORMA DAS POLÍTICAS

- Diálogo Estruturado Jovem: apoia projectos que irão facilitar as discussões entre os formuladores de políticas de juventude e jovens sobre os temas selecionados. Inclui:
- Reuniões nacionais de jovens
- Seminários transnacionais para jovens.
- Actividades Jean Monnet: pretendem apoiar a excelência mundial em estudos de integração europeia. Esta Acção é gerida centralmente pela Agência Executiva da Comissão Europeia. Irá prestar apoio e financiamento a instituições académicas e outras associações que operam no domínio dos estudos sobre a integração europeia.
- **Desporto**: apoiar actividades de desportos de base (*grassroot*), no domínio da organização de eventos desportivos não lucrativos e dos projectos em parcerias colaborativas. Esta acção é gerida centralmente pela Agência Executiva da Comissão Europeia e presta apoio a organizações activas no domínio do desporto.

Em Portugal deve ser contactada a <u>Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Acção</u>http://www.juventude.pt/inicio.



PROCESSO DE CANDIDATURA



Conhecer os Documentos da Política Europeia e Bibliografia

Ler o Call for Proposals

Preencher Formulário + Anexos

Ver FAQ e instruções de preenchimento

Ler o Guia do Programa e Actualizações Definir a ideia de projecto enquadrada na política, prioridades , contexto e necessiddes

Submeter a candidatura

Efectuar o registo no
ECAS (Serviço de
Autenticação da CE) para
obter um PIC - Participant
Identification Code

Criar uma parceria Europeia

Ex. Grupos no Linkdin, Agencias Nacionais Aguardar a notificação de decisão



COMPETÊNCIAS



Ter motivação e disponibilidade Usar
metodologias de
concepção,
gestão,
disseminação e
avaliação de
projectos

Conhecer as política, financiamentos Europeus e websites respective/s

Conciliar a vida profissional, pessoal e familiar Falar e escrever em Inglês e noutras línguas (ES, FR, GR, IT)

Planear, realizar viagens

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Trabalhar em equipa multidisciplinar

Organizar eventos

Ter facilidade de relacionamento inter-pessoal e intercultural

Comunicar em público e moderar de reuniões

Ter autonomia, organização, gestão de tempo e prioridades Usar ferramentas TIC, colaborativas e redes sociais Gestão flexível dos seus RH Contexto e
necessidades
alinhadas com a//
prioridades dc/s
políticas
Europeias

Comprometimento e compreensão da gestão de topo

Capacidade acolhimento e envio de pessoa<mark>s</mark>

Delegação na

equipa técnica

Visão e estratégia para o âmbito Europeu

COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS

Equipa com competências pessoais adequadas e complementares

Rapidez e capacidade de decisão

> Condições lécnicas, infraestrutura informática e software

Contactos interinstitucionais
Europeus,
integração em
redes, grupos,
associações, ...

Capacidade de cofinanciamento



IEBA

www.ieba.org.pt

www.facebook.com/IEBACentrolniciativasEmpresariaisSociais

CARLA DUARTE

carla.duarte@ieba.org.pt

